

Biopalma da Amazônia S.A. Reflorestamento, Indústria e Comércio

CNPJ Nº 08.581.205/0001-10

imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **(h) Intangível:** Compreende os *softwares* utilizados nas operações da Companhia. São registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos, mencionada na Nota 10. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. **(i) Redução do valor recuperável de ativos ("impairment"): Ativos financeiros:** A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (iii) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; • condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. O *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos não financeiros de longa duração: Ativos sujeitos à depreciação ou amortização têm seu valor de recuperação revisados pela Administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seus valores contábeis não poderão ser recuperados. As perdas são reconhecidas com base no montante pelo qual o valor contábil excede o maior valor provável de recuperação de um ativo de vida longa, calculado (a) pelo seu valor em uso (valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros), ou (b) valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda. **(j) Debêntures não conversíveis:** As debêntures não conversíveis foram inicialmente reconhecidas pelo valor justo, que corresponde ao valor original de emissão, descontados os custos da transação. Subsequentemente, as debêntures estão avaliadas pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **(k) Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. **(l) Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflete as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **(m) Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia na apuração de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. **Impostos correntes:** O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações contábeis e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não estão sendo reconhecidos durante o estágio pré-operacional da Companhia. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. **(n) Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **(o) Reconhecimento de receita: Venda de produtos agrícolas:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos - Na aplicação das práticas contábeis da Companhia descritas na Nota 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incertezas nas estimativas no fim de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos exercícios. **4.1 Valor justo dos ativos biológicos:** Conforme descrito na Nota 3, a Companhia avalia os ativos biológicos ao custo durante os primeiros quatro anos de formação por entender que durante esse período não há diferenças representativas entre o valor justo menos as despesas de venda e o custo. Considerando que as plantações de palma de óleo da Companhia estão em desenvolvimento há menos de quatro anos, estão mensuradas ao custo. Entendemos como itens de maior criticidade a variação do preço da tonelada de óleo por ser um *commodities* sendo regulado pelo mercado internacional e, devido ao contexto de implantação da companhia, as estimativas de produtividades estão em fase de ajustes.

	2013	2012
Caixa e bancos	8.197	186
Aplicações financeiras	25.540	20.304
	33.737	20.490

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a fundos com remuneração baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com liquidez imediata.

	2013	2012
Contas a receber de clientes	34.280	5.818

Os saldos de contas a receber em aberto em 31 de dezembro de 2013 são oriundos da venda de Cacho de Fruto Fresco (CFF) e Óleo de Palma em Bruto (CPO). Não há expectativa de perda com esses créditos. A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia não mantém nenhum título como garantia de contas a receber. Abaixo, listamos em quadro o aging list da nossa carteira de clientes:

Vencimentos	2013	2012
A vencer em 30 dias	23.847	
A vencer em 60 dias	8.025	
A vencer em 90 dias	1.130	
A vencer acima de 90 dias	1.279	
	34.280	

7. Estoques - Os estoques em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são compostos conforme quadro abaixo. O estoque de produtos agrícolas são avaliados pelo valor justo com base no preço médio de pagamento da tonelada de CFF (Cacho de Fruto Fresco) adquirido no mercado local.

	2013	2012
Materiais	4.365	725
Peças de veículos	7.684	1.902
Adubos e defensivos agrícolas	7.651	3.816
Equipamentos de proteção	3.890	2.757
Estoque em trânsito	136	273
Produtos agrícolas	705	7.387
Estoque em poder de terceiros	1.478	7.050
	25.909	23.910

8. Impostos e contribuições a recuperar

	2013	2012
Impostos retidos na fonte (IRRF)	4.290	3.572
PIS e COFINS a recuperar	20.307	8.587
	24.597	12.159

Em 2012, a Companhia apurou créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre o ativo imobilizado e demais custos do processo produtivo. A Companhia irá recuperar este saldo, quando obtivermos lucro em nosso exercício financeiro, quando então deveremos recolher impostos que poderemos compensar através destes saldos, após a solicitação de utilização destes créditos ser deferido pela Receita Federal do Brasil. **9. Ativos biológicos** - Os ativos biológicos da Companhia, compreendem o plantio de palma de óleo para abastecimento de matéria-prima utilizada no processo de produção de óleo de palma. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui 52.942 hectares plantados (50.685 em 2012). O saldo de ativos biológicos é composto pelo valor justo e são detalhados de acordo com seu estágio de transformação, como segue:

	2013	2012
Viveiro (4 a 12 meses)	25.504	34.955
Plantio (acima de 12 meses e menos de 4 anos)	589.585	467.039
	615.089	501.994

As movimentações dos exercícios são demonstradas abaixo:

	2013	2012
Saldo em 31 dezembro de 2011		358.182
Adições por tratos culturais e plantio no período		139.951
Depreciação de ativo incorporado ao custo do ativo biológico		9.944
Depreciação do ativo Biológico Permanente (em produção)		(6.085)
Saldo em 31 dezembro de 2012		501.994
Adições por tratos culturais e plantio no período		114.154
Depreciação de ativo incorporado ao custo do ativo biológico		5.309
Depreciação do Ativo Biológico Permanente (em produção)		(6.368)
Saldo em 31 dezembro de 2013		615.089

10. Imobilizado e intangível

	2013	2012		
	Taxa anual de depreciação / amortização - %	Depreciação amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado				
Propriedades rurais		-	170.918	170.914
Instalações	4	(4.336)	25.293	25.254
Máquinas e equipamentos	20	(42.970)	86.522	65.032
Móveis e utensílios	10	(1.156)	3.771	3.438
Veículos	20	(10.655)	7.753	5.841
Equipamentos de informática	20	(3.649)	5.579	4.047
Semoventes	20	(1)	6	-
Imobilizado em andamento		-	136.914	106.403
Adiantamentos a fornecedores		-	77.536	43.107
		577.059	(62.767)	514.292
Intangível				
Software	20		2.897	(706)
			2.191	699

Em 31 de dezembro de 2013, apesar da companhia apresentar prejuízos e passivo a descoberto foram avaliados o fluxo de caixa futuro e o planejamento estratégico, e não foram identificados